Demonstrações Financeiras

Águas Cuiabá S.A. - Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto.

31 de dezembro de 2019 com Relatório do Auditor Independente

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanço patrimonial	5
Demonstração do resultado	
Demonstração do resultado abrangente	
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstração do fluxo de caixa - método indireto	
Notas explicativas às demonstrações financeiras	



São Paulo Corporate Towers Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909 Vila Nova Conceição 04543-011 - São Paulo - SP - Brasil

Tel: +55 11 2573-3000 ey.com.br

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da Águas Cuiabá S.A. – Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto Cuiabá - MT

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **Águas Cuiabá S.A. – Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto**, (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Águas Cuiabá S.A. – Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto** em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.



Capitalização de gastos no ativo intangível

Os contratos de concessões representam o direito de exploração da infraestrutura, pautado pela norma contábil ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão (IFRIC 12), no qual prevê a obrigação de construir e/ou operar a infraestrutura (ativo intangível da concessão) para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas em contrato. Os saldos de capitalização de gastos no ativo intangível perfazem o montante de R\$ 50.129 mil, as adições do ativo de contrato o montante de R\$ 201.024 mil e os critérios de reconhecimento desses valores investidos na infraestrutura estão divulgados nas Notas Explicativas 2.2, 2.5, 2.6, 11 e 12.

O monitoramento desse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria, tendo em vista o negócio em que a Companhia está inserida e a modelagem dos contratos de concessão com os Poderes Concedentes, requer que a Companhia efetue investimentos relevantes na infraestrutura da concessão, os quais são classificados como ativo intangível. As capitalizações no ativo intangível envolvem a utilização de premissas e um grau de julgamento elevado, e consequentemente podem ser registradas por valores incorretos ou indevidamente capitalizados.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria para confirmar o adequado registro e controle destes ativos incluíram, dentre outros: (i) realização de testes documentais sobre as adições ao ativo intangível, incluindo a verificação de notas ficais, contratos, medições e pagamentos das adições ocorridas durante o ano de 2019; (ii) avaliação da natureza dos gastos capitalizados e sua elegibilidade à capitalização; (iii) avaliamos o processo de transferência do intangível para as contas definidas para determinar o início do registro da amortização.

Levando isto em consideração, baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistentes com a avaliação da administração, consideramos aceitáveis os critérios de capitalização no ativo intangível, assim como as respectivas divulgações em notas explicativas, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Recuperabilidade do ativo fiscal diferido

Conforme mencionado na nota explicativa 21 às demonstrações financeiras, os ativos fiscais diferidos das controladas são advindos essencialmente de prejuízos fiscais acumulados e reconhecidos com base na existência de probabilidade razoável de que haverá lucro tributável futuro para a utilização de tais ativos. As controladas consideram o limite dos lucros tributáveis futuros disponíveis até ao final da concessão para compensação de tais perdas, limitado a 10 anos. Para a sua avaliação as controladas utilizaram-se de julgamentos e premissas, tais como realização das projeções de valores de receita de serviços prestados, custos, despesas administrativas e financeiras. O monitoramento desse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria, devido ao grau de julgamento utilizado nas projeções de lucros tributáveis futuros, suas estimativas e premissas, e do impacto que eventuais alterações nessas premissas e estimativas poderiam trazer nas demonstrações financeiras consolidadas e no valor do investimento registrado pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras da controladora.



Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Obtivemos o entendimento dos controles internos chave relacionados às projeções de lucros tributáveis futuros preparadas pelas controladas e aprovadas pelos órgãos de governança. Com o auxílio dos nossos especialistas em finanças corporativas, avaliamos as principais premissas utilizadas nas projeções dos lucros tributáveis futuros, incluindo a expectativa de crescimento das receitas, custos e despesas, bem como comparamos certos dados, quando disponíveis, com outras fontes externas e avaliamos a consistência dessas premissas com os planos de negócio aprovados pelo Conselho de Administração.

Adicionalmente, com o auxílio de nossos especialistas tributários, consideramos a adequação da aplicação das leis tributárias e das deduções fiscais na determinação da base de prejuízos fiscais e diferenças temporárias. Analisamos à data das demonstrações financeiras, as evidências que indicam a probabilidade de recuperação dos ativos fiscais diferidos, bem como aquelas que fundamentam os prazos estimados, para a parcelas dos prejuízos fiscais não utilizados e as diferenças temporárias dedutíveis reconhecidos como ativos fiscais diferidos, a existência de lucros tributáveis futuros, suficientes para permitir sua realização.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o teste de valor recuperável do ativo fiscal diferido, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas de valor recuperável adotados pela Administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 2.4 e 21, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:



- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 14 de abril de 2020.

ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S. CRC- 2SP034519/O-6

Lazaro Angelim Serruya Contador CRC-1DF015801/O-7

-

Balanço patrimonial 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2019	2018
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	13.334	6.399
Outros investimentos	6	7.310	5.706
Depósitos bancários vinculados	7	55.444	14.893
Contas a receber e outros recebíveis	8	32.475	38.995
Estoques		2.450	2.031
Impostos e contribuições a recuperar	9	14.511	9.134
Despesas antecipadas		821	381
Total do ativo circulante		126.345	77.539
Não circulante Realizável a longo prazo			
Depósitos bancários vinculados	7	8.741	8.980
Depósitos judiciais	,	655	517
Impostos e contribuições a recuperar	9	555	555
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21	43.942	45.143
Total do realizável a longo prazo	21	53.893	55.195
Não circulante			
Imobilizado	10	3.927	3.814
Ativos de direito de uso	10	2.036	3.014
	11	521.977	508.762
Intangível Ativos de contrato	12	222.606	
	12	804.439	<u>25.613</u> 593.384
Total do ativo não circulante Total do ativo		930.784	670.923
			

Passivo	Nota	2019	2018
Circulante			
Fornecedores e outras contas a pagar	13	51.788	53.722
Empréstimos e financiamentos	14	119.292	14.388
Debêntures	15	66.195	28.101
Provisões e encargos trabalhistas		5.083	5.243
Obrigações fiscais	16 _	8.470	7.155
Total do passivo circulante	-	250.828	108.609
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	14	352.689	257.556
Debêntures	15	174.433	218.101
Obrigações fiscais	16	7.738	3.695
Outras obrigações		34	-
Provisão para perda com causas judiciais	17 _	4.158	5.004
Total do passivo não circulante	_	539.052	484.356
Patrimônio líquido			
Capital social	18	253.849	191.849
Prejuízos acumulados	_	(112.945)	(113.891)
Total do patrimônio líquido	_	140.904	77.958
Total do passivo	_	789.880	592.965
Total do passivo e patrimônio líquido	_	930.784	670.923

Demonstração do resultado Exercício findo em 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais)

	Nota	2019	2018
Receita operacional líquida	22	455.137	348.076
Custo dos serviços prestados	23	(358.934)	(258.760)
Lucro bruto		96.203	89.316
Receitas (Despesas) operacionais			
Comerciais	23	(4.810)	(5.542)
Administrativas e gerais	23	(35.632)	(39.089)
Outras receitas (despesas) operacionais		(279)	(389)
		(40.721)	(45.020)
Resultado antes das despesas financeiras líquida	as	55.482	44.296
	24	40.000	
Receitas financeiras		12.392	9.497
Despesas financeiras	24	(64.596)	(56.755)
Despesas financeiras líquidas		(52.204)	(47.258)
Resultado antes dos impostos		3.278	(2.962)
Imposto do rondo o contribuição cocial corrente	21	(1 121)	
Imposto de renda e contribuição social corrente	21	(1.131)	- 7E7
Imposto de renda e contribuição social diferidos	۷۱	(1.201)	757
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício		946	(2.205)

Demonstração do resultado abrangente Exercício findo em 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais)

	2019	2018
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	946	(2.205)
Resultado abrangente total	946	(2.205)

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Exercício findo em 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais)

			Capital Social			Total do
		Capital	Capital	Capital	Prejuízos	patrimônio
	Nota	subscrito	a integralizar	integralizado	acumulados	líquido
Saldos em 1º de janeiro de 2018		174.683	(70.000)	104.683	(108.152)	(3.469)
Adoção do CPC 48		-	-	-	(3.534)	(3.534)
Integralização de capital		-	70.000	70.000	-	70.000
Aumento de capital		17.166	-	17.166	-	17.166
Prejuízo líquido do exercício					(2.205)	(2.205)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	18	191.849		191.849	(113.891)	77.958
Aumento de capital		62.000	-	62.000	-	62.000
Lucro líquido do exercício		<u> </u>			946	946
Saldos em 31 de dezembro de 2019	18	253.849	<u>-</u> _	253.849	(112.945)	140.904

Demonstração do fluxo de caixa - método indireto Exercício findo em 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais)

	2019	2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro (Prejuízo) líquido do período	946	(2.205)
Ajustes para:		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.201	(757)
Imposto de renda e contribuição social correntes	1.131	-
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(602)	(109)
Depreciação e amortização	38.493	32.042
Baixa de ativo imobilizado	908	890
Outras obrigações	34	-
Provisão para perda com causas judiciais	(846)	(2.566)
Juros e multa do REFIS de Pis e Cofins auto de infração	3.831	-
Juros sobre atualização do contas a receber e outros recebíveis	(6.592)	(5.958)
Juros incorridos de empréstimos e financiamentos e debêntures	53.599	50.047
	92.103	71.384
Variações em:		
Redução em contas a receber e outros recebíveis	13.714	2.134
Aumento (redução) em estoques	(419)	388
Aumento em impostos e contribuições a recuperar	(5.377)	(1.176)
Redução (aumento) em despesas antecipadas	(440)	454
Aumento em depósitos judiciais	(138)	(101)
Aumento (redução) em fornecedores e outras contas a pagar	(1.934)	17.407
Aumento (redução) em provisões e encargos trabalhistas	(160)	533
Aumento em obrigações fiscais	1.527	7.488
3,,	98.876	98.511
Impostos de renda e contribuição social pagos	(1.131)	-
Juros pagos de empréstimos, debêntures e arrendamento mercantil	(54.083)	(25.095)
Fluxo de caixa proveniente das atividades operacionais	43.662	73.416
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições de ativos imobilizado	(966)	(1.382)
Aquisições de ativo intangível e ativo de contrato	(247.431)	(156.890)
Depósitos bancários vinculados	(40.312)	(23.873)
Outros investimentos	(1.604)	38.629
Fluxo de caixa usado nas atividades de investimentos	(290.313)	(143.516)
Fluxo de caixa das atividade de financiamentos		
Empréstimos e financiamentos tomados	205.994	-
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(14.408)	(8.221)
Aumento de capital	62.000	80.000
Fluxo de caixa proveniente das atividades de financiamentos	253.586	71.779
Aumento líquidos em caixa e equivalentes de caixa	6.935	1.679
Demonstração do caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	6.399	4.720
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	13.334	6.399
	=	

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais)

1. Informações sobre a Companhia

A Águas Cuiabá S.A – Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto ("Companhia"), constituída em 31 de janeiro de 2012, iniciou suas atividades em 18 de abril de 2012 com o propósito específico de prestação de serviços públicos de água e esgoto no Município de Cuiabá, Estado do Mato Grosso, e a prestação dos serviços suplementares, conforme definido no contrato de concessão firmado pela Companhia em 17 de fevereiro de 2012 com o Município de Cuiabá (Poder Concedente), decorrente da Concorrência Pública e irá operar o sistema até 2042. A Companhia, localizada na Avenida Gonçalo Antunes de Barros, nº 3.196, no Município de Cuiabá, estado de Mato Grosso, tem como objeto social a prestação de serviços públicos de saneamento básico de água e esgotamento sanitário, compreendendo a produção de água para abastecimento, sua distribuição, operação, conservação e manutenção, além da coleta, tratamento e exploração de esgotos.

A divulgação das demonstrações financeiras que são apresentadas neste documento foram aprovadas na Reunião da Diretoria realizada em 14 de abril de 2020.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apresenta excesso de passivos circulantes sobre os ativos circulantes no montante de R\$124.483 em função dos empréstimos e financiamentos com partes relacionadas, que totalizam R\$ 118.546 onde o referido recurso foi aplicado na ampliação e melhoria da infraestrutura da concessão. A Administração e seus assessores tem logrado esforços para a reestruturação da dívida e da estrutura de capital da Companhia. Caso seja necessário, os acionistas se comprometem a realizar aportes financeiros para que a Companhia cumpra com suas obrigações de curto prazo.

2. Políticas contábeis

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que seguem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo quando requeridos pelas normas.

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07 - Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral, na preparação de suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais)

2.1. Mensuração ao valor justo

A Companhia mensura instrumentos financeiros, como por exemplo, aplicações financeiras para gestão diária do caixa e maximização do fluxo de caixa com base nas vendas, ao valor justo na data das demonstrações financeiras.

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data.

O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico.

A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade do participante do mercado de gerar benefícios econômicos utilizando o ativo em seu melhor uso possível ou vendendo-o a outro participante do mercado que utilizaria o ativo em seu melhor uso.

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrerem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais)

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração.
- Nível 2: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável.
- Nível 3: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final de cada período de divulgação.

2.2. Receita de contrato com cliente

a) Serviços de abastecimento de água e tratamento de esgoto

A receita de serviços é apurada em conformidade com o regime contábil de competência. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

As receitas de serviços decorrem do fornecimento de água e serviços de coleta e tratamento de esgoto sanitário. As receitas ainda não faturadas, correspondente à última leitura até a data de apresentação das demonstrações financeiras, representam receitas incorridas e são reconhecidas com base em estimativas mensais dos serviços completados.

A Companhia reconhece a receita quando: (i) identifica os contratos com os clientes; (ii) identifica as diferentes obrigações do contrato; (iii) determina o preço da transação; (iv) aloca o preço da transação às obrigações de performance dos contratos; e (v) satisfaz todas as obrigações de desempenho. Os valores a receber em disputa judicial são reconhecidos quando são recebidos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais)

A receita de outros serviços indiretos de água e esgoto refere-se a prestação de serviço de instalações de hidrômetros e ligação e religação de água e é reconhecida no período no qual os serviços são prestados.

b) Contratos de concessão de serviços e construção

A receita de construção é reconhecida de acordo com o ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão e CPC 47 (R1) - Receita de Contrato com Cliente, na medida em que todas as obrigações de desempenho sejam satisfeitas ao longo do tempo.

A Companhia reconhece um ativo intangível à medida em que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos. Esse direito não constitui direito incondicional de receber caixa porque os valores são condicionados à utilização do serviço pelo público.

A Companhia estima que a receita de construção de seus ativos intangíveis relativo à construção seja equivalente ao custo esperado mais margem e julga tal margem irrelevante, considerando-a zero. Portanto, esta receita de construção é mensurada sem adicional de margem sobre o custo de construção.

c) Receita de serviços de operação

A Companhia reconhece a receita de serviços de operação por operar e manter a infraestrutura do contrato de concessão quando satisfaz todas as obrigações de desempenho.

A Companhia satisfaz sua obrigação de desempenho conforme os serviços são prestados, por ocasião da manutenção, serviços auxiliares, pelo tratamento e disposição final do lodo gerado e demais serviços executados em conformidade com as normas e padrões exigidos pelo poder concedente da concessão em que opera.

2.3. Receitas e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- Juros sobre aplicações financeiras e impostos a recuperar;
- Despesas com juros sobre impostos a recolher, empréstimos, financiamentos e debêntures;
- Outras.

As receitas e as despesas financeiras são reconhecidas no resultado através do método dos juros efetivos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais)

2.4. Tributos

a) Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social do exercício correntes são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

O imposto corrente é reconhecido no resultado a menos que esteja relacionado a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

A Companhia contabiliza os ativos e passivos fiscais correntes de forma líquida se, e somente se, possuir o direito legalmente executável de fazer ou receber um único pagamento líquido e pretenda fazer ou receber este pagamento líquido ou recuperar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Ativos e passivos fiscais diferidos de imposto de renda e contribuição social são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas no resultado como despesa de imposto de renda e contribuição social diferido.

Passivos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias da Companhia e ativos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis da Companhia, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não compensados possam ser utilizados.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando o ativo for realizado ou o passivo for liquidado, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais)

Ativos e passivos fiscais diferidos são apresentados em base líquida, se, e somente se, estiverem relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela (i) mesma autoridade tributária; ou (ii) nas entidades tributáveis diferentes que pretendem realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro no qual se espera que valores significativos dos ativos ou passivos fiscais diferidos sejam liquidados ou recuperados.

2.5. Intangível

a) Reconhecimento e mensuração

Ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que tem vidas úteis definidas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

b) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

c) Amortização

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. A amortização é geralmente reconhecida no resultado e não ultrapassa o prazo final da concessão.

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

2.6. Ativos de contrato

Na adoção do CPC 47/IFRS 15, a Companhia optou por adotar a norma na data da aplicação inicial como ajuste ao saldo de abertura, considerando somente os contratos abertos anteriores à data de aplicação. A norma estabelece que uma entidade deve reconhecer a receita para representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. Portanto, a entidade reconhece a receita somente quando (ou se) a obrigação de performance for cumprida, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços de determinada operação são efetivamente transferidos ao cliente.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais)

A norma também determina que quando a Companhia concluir a performance por meio da transferência de bens ou serviços ao cliente antes do pagamento da contraprestação ou antes que o pagamento seja devido, a entidade deve apresentar este direito como ativo de contrato. O ativo de contrato é definido pela norma como o direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente quando esse direito está condicionado a algo além da passagem do tempo como por exemplo o seu desempenho futuro.

Com a entrada em vigor, em 1º de janeiro de 2018, do CPC 47/IFRS 15 e a revisão do ICPC 01 / IFRIC 12, notadamente o parágrafo 19 do ICPC01/IFRIC 12, a Companhia passou a classificar como ativo de contrato, no ativo de longo prazo, as obras anteriormente registradas como ativo intangível em curso referente aos contratos de concessão durante o período de construção.

	Saldo		Saldo
	divulgado	Reclassificação	reapresentado
Saldo em 31 de dezembro de 2018			
Ativo intangível (Nota 10)	534.375	(25.613)	508.762
Ativos de contrato (Nota 11)		25.613	25.613

2.7. Perdas por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflita o custo médio ponderado de capital para o segmento em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo líquido das despesas de venda é determinado, sempre que possível, com base em transações recentes de mercado entre partes conhecedoras e interessadas com ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis neste sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada. Os cálculos dispostos neste modelo são corroborados por indicadores disponíveis de valor justo, como preços cotados para entidades listadas, entre outros indicadores disponíveis.

A Companhia baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base no Plano de Negócio. As projeções baseadas nestas previsões e orçamentos geralmente abrangem o período de concessão e são revistas anualmente.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais)

Para ativos que não sejam ágio, é efetuada uma avaliação em cada data de reporte para determinar se existe um indicativo de que as perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. Se tal indicativo existir, a Companhia estima o valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa. Uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo previamente reconhecida é revertida apenas se tiver havido mudança nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável do ativo desde a última perda por desvalorização que foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não ultrapasse o valor contábil que teria sido determinado (líquido de depreciação, amortização ou exaustão), caso nenhuma perda por desvalorização tivesse sido reconhecida para o ativo em anos anteriores. Esta reversão é reconhecida no resultado.

O teste de redução ao valor recuperável do ágio é feito anualmente em 31 de dezembro ou quando as circunstâncias indicarem que o valor contábil tenha se deteriorado.

A perda por desvalorização é reconhecida para uma unidade geradora de caixa ao qual o ágio esteja relacionado. Quando o valor recuperável da unidade é inferior ao valor contábil da unidade, a perda é reconhecida e alocada para reduzir o valor contábil dos ativos da unidade na seguinte ordem: (a) reduzindo o valor contábil do ágio alocado à unidade geradora de caixa; e (b) a seguir, aos outros ativos da unidade proporcionalmente ao valor contábil de cada ativo.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

2.8. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais)

2.9. Provisões

a) Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

b) Provisão para perdas com causas judiciais

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.10. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

2.11. Arrendamentos mercantis

A caracterização de um contrato como (ou se ele contém) um arrendamento mercantil está baseada na substância do contrato na data do início de sua execução. O contrato é (ou contém) um arrendamento caso o cumprimento deste contrato seja dependente da utilização de um ativo (ou ativos) específico(s) e o contrato transfere o direito de uso de um determinado ativo (ou ativos), mesmo se este ativo (ou estes ativos) não estiver(em) explícito(s) no contrato.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais)

2.12 Classificação corrente versus não corrente

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: (i) Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade; (ii) Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado; (iii) Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e (iv) É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando: (i) Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade; (ii) Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado; (iii) Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; e (iv) A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. A companhia classifica todos os demais passivos no não circulante.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

2.13. Normas novas que estão em vigor

Os seguintes promuncioamentos adotados pela primeira vez em 1º de janeiro de 2019:

CPC 06 - Operações de Arrendamento Mercantil foi efetivo a partir de 1º de janeiro de 2019 e estabeleceu os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil exigindo que osarrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do CPC 06(R1). A norma incluiu duas isenções de reconhecimento para os arrendatários - arrendamentos de ativos de "baixo valor" e arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos com prazo de 12 meses ou menos). Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo para efetuar os pagamentos (um passivo de arrendamento) e um ativo representando o direito de usar o ativo objeto durante o prazo do arrendamento (um ativo de direito de uso). Os arrendatários devem reconhecer separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso.

A Companhia adotou a nova norma escolhendo o modelo de adoção retrospectiva modificada com efeito cumulativo na data da aplicação inicial, conforme previsto no parágrafo C5 (b) do CPC 06 (R2).

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais)

A Companhia optou por utilizar as isenções previstas pela norma para contratos cujo prazo de arrendamento se encerre em até 12 meses a partir da data de adoção inicial, e contratos cujo ativo objeto sejam de baixo valor. Os principais contratos identificados com ativos subjacentes de baixo valor se referem a itens como locação de impressoras, equipamento de videoconferência e comunicação, os contratos identificados como curto prazo se referem a locação de equipamentos operacionais e os contratos ao qual a Companhia o classificou como arrendamento se refere a locação de veículos, imóveis e máquinas e equipamentos.

O impactos inicial no balanço em 01 de janeiro de 2019 foram de R\$ 3.361 mil reais nas rubricas de Ativos de direito de uso e de arrendamento mercantil.

A Companhia adotou a taxa nominal incremental sobre os empréstimos para mensurar os passivos de arrendamento reconhecidos na data de aplicação do pronunciamento de 10,23%, para contratos de 1 ano e crescente para os anos subsequentes de forma a refletir o custo marginal de captação que o grupo obteria para efetuar a compra do ativo.

ICPC 22 – Incertezas sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro, esta interpretação esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 quando houver incerteza sobre os tratamentos de imposto de renda. Nessas circunstâncias, a entidade deve reconhecer e mensurar o seu ativo ou passivo fiscal, corrente ou diferido, aplicando os requisitos do CPC 32 com base no lucro tributável (perda fiscal), nas bases fiscais, nas perdas fiscais não utilizadas, nos créditos fiscais não utilizados e nas alíquotas fiscais, determinados com base nesta interpretação. Esta interpretação entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019 e a Administração concluiu que não há impacto significativo na aplicação desta Interpretação nas demonstrações financeiras.

Não existem outras normas, alterações e interpretações de normas emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

3. Novas normas emitidas mas ainda não vigentes

As normas, alterações e interpretações de normas emitidas, mas não vigentes até a data da emissão destas demonstrações financeiras estão abaixo apresentadas:

CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro - esta revisão apresenta novos conceitos sobre apresentação, mensuração e divulgação, atualizou a definição de ativos e passivos bem como os critérios de reconhecimento e desreconhecimento de ativos e passivos nas demonstrações financeiras.

Não existem outras normas, alterações e interpretações de normas emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais)

4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

a) Julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras:

 Determinação da época de satisfação da obrigação de performance dos serviços indiretos de água e esgoto: quando o serviço é solicitado, uma ordem de serviço é aberta para atendimento e monitoramento. Após a prestação do serviço, a ordem é finalizada e a receita reconhecida.

b) Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data de reporte, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir:

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo líquido das despesas de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo líquido das despesas de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos as despesas de venda. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do Plano de Negócio para o período de concessão. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. As principais premissas utilizadas para determinar o valor recuperável das diversas unidades geradoras de caixa, incluindo análise de sensibilidade, são detalhadas na nota explicativa correspondente.

Provisão para perdas de ativos financeiros (provisão para perdas de créditos esperadas)

A Companhia utiliza uma matriz de provisão para calcular a perda de crédito esperada para contas a receber. As taxas de provisão aplicadas são baseadas em dias de atraso.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais)

A matriz de provisão baseia-se inicialmente nas taxas de perda histórica observadas pela Companhia. A Companhia revisa a matriz de forma prospectiva para ajustá-la de acordo com a experiência histórica de perda de crédito. Na data das demonstrações financeiras, as taxas de perda histórica observadas são atualizadas e as mudanças nas estimativas prospectivas são analisadas.

Tributos, impostos diferidos

Ativo fiscal diferido é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do ativo fiscal diferido que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Provisões para riscos cíveis e trabalhistas

Quando aplicável, a Companhia reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	2019	2018
Saldos bancários	6.841	3.029
Aplicações financeiras	6.493	3.370
Total	13.334	6.399

As aplicações financeiras rendem juros a taxas flutuantes baseadas em taxas diárias de depósitos bancários. Possuem vencimento de 1 a 7 anos, com liquidez diária, previsibilidade de resgate imediato, sem perda de valor e resgatáveis junto ao emissor.

6. Outros investimentos

	2019	2018
Certificados de depósito bancário	7.310	5.706

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais)

Outros investimentos são classificados como ativo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado. Outros investimentos rendem juros a taxas flutuantes baseadas em taxas diárias de depósitos bancários. Possuem vencimento de 1 a 7 anos, com liquidez diária, previsibilidade de resgate imediato, sem perda de valor e resgatáveis junto ao emissor.

Esses recursos são utilizados em investimentos necessários para a melhoria ou manutenção das redes de água e esgoto e demais investimentos previstos nos contratos de concessão.

7. Depósitos bancários vinvulados

	2019	2018
Fundos de investimento	64.185	23.873
Circulante	55.444	14.893
Não circulante	8.741	8.980
Total	64.185	23.873

Depósitos bancários vinculados rendem juros a taxas flutuantes baseadas em taxas diárias de depósitos bancários.

Depósitos bancários vinculados referem-se a montantes retidos na Companhia relativos a: (i) constituição de conta reserva debêntures de recursos equivalentes a 50% do valor do serviço da dívida debêntures; (ii) constituição de conta reserva BNDES com saldo não inferior ao montante equivalente à soma das prestações de amortização e juros vencíveis nos três meses imediatamente subsequentes; (iii) constituição de conta pagamento debêntures no montante equivalente a 1/6 do valor do serviço da dívida debêntures; e (iv) constituição de conta pagamento BNDES no montante equivalente a 1/12 do valor do valor da parcela vincenda.

Tais recursos retidos, quando desbloqueados ou se substituídos por outras garantias, são destinados aos investimentos necessários para a melhoria ou manutenção das redes de água e esgoto e demais investimentos previstos nos contratos de concessão.

8. Contas a receber e outros recebíveis

	Nota	2019	2018
Contas a receber		60.855	60.305
Direitos a faturar		8.192	8.001
(-) Provisão para perda do valor recuperável		(38.733)	(39.335)
		30.314	28.971
Adiantamentos		813	8.314
Partes relacionadas - operações mensais	25	447	225
Outros		901	1.485
Total		32.475	38.995

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais)

9. Impostos e contribuições a recuperar

	2019	2018
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) *	9.404	5.440
Programa de Integração Social (PIS) *	1.518	1.181
Saldo negativo do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ)	3.197	1.734
Saldo negativo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)	415	166
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre aplicações financeiras	303	301
Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) retido na fonte	-	21
PIS / COFINS / CSLL retidos na fonte	-	678
Outros	229	168
Circulante	14.511	9.134
Não circulante	555	555
Total	15.066	9.689

^{*} Companhia reconheceu direito a compensar os valores sobre os montanes de dação dos anos de 2015 a 2018 a serem compensados nas apurações de 2020.

10. Imobilizado

	Máquinas, aparelhos e equipa- mentos	Benfeito- rias em imóveis terceiros	Móveis e utensílios	Computa- dores e periféricos	Veículos	Total
Custo						
Saldo em 1º de janeiro de 2018	3.225	34	1.057	2.250	6.548	13.114
Adições	518	12	214	212	426	1.382
Saldo em 31 de dezembro de 2018	3.743	46	1.271	2.462	6.974	14.496
Adições	126	_	71	628	141	966
Saldo em 31 de dezembro de 2019	3.869	46	1.342	3.090	7.115	15.462
Depreciação						
Saldo em 1º de janeiro de 2018	(1.428)	(2)	(421)	(1.680)	(6.096)	(9.627)
Adições	(330)	(4)	(115)	(267)	(339)	(1.055)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(1.758)	(6)	(536)	(1.947)	(6.435)	(10.682)
Adicões	(307)	(4)	(131)	(260)	(151)	(853)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(2.065)	(10)	(667)	(2.207)	(6.586)	(11.535)
Valor líquido contábil						
Em 31 de dezembro de 2018	1.985	40	735	515	539	3.814
Em 31 de dezembro de 2019	1.804	36	675	883	529	3.927

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais)

11. Intangível

a) Valor contábil

	Intangível ICPC 01	Outorga concessão		
	(R1) <i>(i)</i>	(ii)	Software	Total
Custo	, , , ,	. ,		
Saldo em 1º de janeiro de 2018	354.564	146.255	6.945	507.764
Adições	93.418	-	560	93.978
Transferências	40.263	-	-	40.263
Saldo em 31 de dezembro de 2018	488.245	146.255	7.505	642.005
Adições	46.098	-	309	46.407
Transferências	4.031	-	-	4.031
Baixa	(908)	-	-	(908)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	537.466	146.255	7.814	691.535
Amortização				
Saldo em 1º de janeiro de 2018	(72.053)	(24.799)	(5.404)	(102.256)
Adições	(25.346)	(4.912)	(729)	(30.987)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(97.399)	(29.711)	(6.133)	(133.243)
A 11: ~	(00.005)	(4.040)	(570)	(00.045)
Adições	(30.825)	(4.912)	(578)	(36.315)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(128.224)	(34.623)	(6.711)	(169.558)
Valor líquido contábil				
Em 31 de dezembro de 2018	390.846	116.544	1.372	508.762
Em 31 de dezembro de 2019	409.242	111.632	1.103	521.977

(i) Intangível ICPC 01 (R1) / IFRIC 12

	Taxa nominal	2018		2019	9	
	de amortização % a.a. (*)	Custo	Adições	Transfe- rências	Baixa	Custo
Controle tecnológico Máquinas, aparelhos e	De 4 a 5	45.622	8.169	-	-	53.791
equipamentos	De 10 a 14	171.620	5.031	3.066	(489)	179.228
Rede de Água	4	217.398	22.691	538	(419)	240.208
Rede de Esgoto	4	52.668	10.207	427	-	63.302
Outros		937	-	-	-	937
Total		488.245	46.098	4.031	(908)	537.466

^(*) Os prazos de amortização não excedem os prazos das concessões.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais)

A Capitalização de gastos no ativo intangível perfaz o montante de R\$ 50.129, o total de adições de R\$ 46.098 diretamente em operação e R\$ 4.031 correspondentes a transferência do ativo de contrato para o ativo intangível.

Outorga de concessão

	Taxa média		
	de amortização	2019	2018
	% a.a. (*)	Custo	Custo
Outorga fixa	3,43	146.255	146.255

(*) Refere-se a outorga fixa paga em decorrência de contrato de concessão, que está sendo amortizada linearmente pelo prazo de concessão.

b) Amortização

O ativo intangível, registrado na rubrica intangível ICPC 01 (R1), refere-se exclusivamente a capitalização gastos com construções e melhorias na infraestrutura. A amortização ocorre de forma linear, considerando como início da amortização a data de aquisição do bem ou a data de término das obras.

c) Teste por redução ao valor recuperável

Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia realizou teste para avaliação do valor recuperável dos ativos intangíveis em virtude da aprovação do Plano de Negócio 20-24 em reunião ordinária do Conselho de Administração realizada em 31 de janeiro de 2020.

O valor recuperável das UGCs foi baseado no valor em uso sendo o fluxo de caixa estimado pela Administração, descontado pela taxa WACC calculada com base em premissas de mercados comparáveis.

De forma consistente com as técnicas de avaliação econômica, a avaliação do valor em uso é efetuada por um período até o termino do contrato de concessão. As projeções de crescimento do fluxo foram efetuadas em termos nominais.

As principais premissas usadas na estimativa do valor em uso são:

 Receitas - as receitas foram projetadas entre 2020 e o término do período de concessão, considerando os ajutes tarifários ordinário e extraordinário, aumento do volume faturado em função de investimentos em produção de água, coleta e tratamento de esgoto, crescimento vegetativo previstos no plano de negócio das diferentes Unidades Geradoras de Caixa.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais)

- Custos e despesas operacionais os custos e despesas foram projetados a partir do desempenho histórico das operações combinado com o plano de negócios de longo prazo da Companhia.
- Taxa de desconto representam a avaliação de riscos no atual mercado, levando em consideração o valor do dinheiro pela passagem do tempo e os riscos individuais dos ativos relacionados que não foram incorporados nas premissas incluídas no modelo de fluxo de caixa. Os fluxos de caixa futuros estimados foram descontados por taxas de desconto nominais de 14,19%.

As premissas-chave foram baseadas no desempenho histórico da Companhia e em premissas macro econômicas razoáveis e fundamentadas em projeções do mercado financeiro, documentadas e aprovadas pela Administração da Companhia.

A unidade geradora de caixa não apresentou necessidade de provisão de perda, visto que o valor recuperável estimado de cada unidade geradora de caixa foi superior ao valor líquido contábil na data da avaliação.

12. Ativos de contrato

Referem-se ao direito contratual da Companhia de receber caixa dos usuários pelos serviços de construção do sistema de distribuição de água e tratamento de esgoto, quando da entrada em operação dos respectivos ativos, e estão mensurados ao seu valor de custo. Quando da conclusão da construção da infraestrutura, tais ativos passarão a ser classificados como Ativo Intangível.

Ativo de Contrato

Saldos em 31 de dezembro de 2018	25.613
Adições	201.024
Transferências	(4.031)
Saldos em 31 de dezembro de 2019 (*)	222.606

^(*) O saldo refere-se a classificação de ativo da concessão para ativo intangível a medida que as obras são concluídas e iniciam a fase de operação

13. Fornecedores e outras contas pagar

	Nota	2019	2018
Fornecedores diversos		28.911	29.673
Partes relacionadas - operações mensais	25	20.609	22.054
Adiantamento a clientes		646	528
Outras contas a pagar		1.622	1.467
Total		51.788	53.722

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais)

14. Empréstimos e financiamentos

Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais dos empréstimos e financiamentos com juros, que são mensurados pelo custo amortizado.

a) Termos e cronograma de amortização da dívida

Linha de Crédito	Nota	Inde- xador	Juros médios a.a. (%)	Vencimento	2019	2018
Finame			3,99	2.019	-	615
BNDES - partes relacionadas	14	TJLP	9,59	2.020 a 2.032	280.589	163.555
BNDES - partes relacionadas	14	TR	3,39	2.020 a 2.031	105.213	109.976
Conta corrente - partes relacionadas	25				86.000	-
Arrendamento Mercantil					2.126	-
					473.928	274.146
(-) Custo de transação					(1.947)	(2.202)
Circulante					119.292	14.388
Não circulante					352.689	257.556
Total		•			471.981	271.944

As principais garantias do financiamento concedido pelo BNDES é o penhor de ações de emissão da Companhia, cessão fiduciária dos direitos provenientes do contrato de concessão e constituição de conta reserva com saldo não inferior a três prestações vincendas de amortização de principal e juros e fiança da controladora Iguá Saneamento S.A. Até 31 de dezembro de 2019 a Companhia realizou a constituição de conta reserva em montante equivalente ao determinado contratualmente que está divulgado na Nota Explicativa nº 7.

Os empréstimos e financiamentos possuem os seguintes vencimentos:

	Valor	12	13 a 24	25 a 36	37 a 48	49 a 60	61 a 153
31 de dezembro de 2019	contábil	meses	meses	meses	meses	meses	Meses
BNDES - partes relacionadas (*)	385.802	32.546	30.619	30.619	30.619	30.619	230.780
	Valor	12	13 a 24	25 a 36	37 a 48	49 a 60	61 a 165
31 de dezembro de 2018	contábil	meses	meses	meses	meses	meses	Meses
Finame	615	615	-	-	-	-	-
BNDES - partes relacionadas (*)	273.531	14.027	20.846	20.846	20.846	20.846	176.120
Total	274.146	14.642	20.846	20.846	20.846	20.846	176.120

^(*) Os montante apresentado não contempla o impacto dos custos de transação.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais)

A seguir e apresentado o montante de custos de transação dos financiamentos BNDES, a ser apropriado ao resultado em cada exercício subsequente:

	Valor	12	13 a 24	25 a 36	37 a 48	49 a 60	61 a 153
31 de dezembro de 2019	contábil	meses	meses	meses	meses	meses	Meses
Financiamentos	1.947	246	236	225	212	198	830
	Valor	12	13 a 24	25 a 36	37 a 48	49 a 60	61 a 165
31 de dezembro de 2018	contábil	meses	meses	meses	meses	meses	Meses
Financiamentos	2.202	254	246	236	225	212	1.029

b) Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividade de financiamento

	Passivo	os	Patrimônio líquido		
	Empréstimos e financiamentos	Debênture s	Capital social	Total	
Saldos em 1 de janeiro de 2019	271.944	246.202	191.849	709.995	
Variações dos fluxos de caixa de financiamento					
Captação de empréstimos e financiamentos	119.994	-	-	119.994	
Conta corrente -Partes relacionadas	86.000	-	-	86.000	
Pagamentos de principal	(14.408)	-	-	(14.408)	
Aumento de capital social		-	62.000	62.000	
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	191.586	-	62.000	253.586	
Outras variações					
Arrendamento mercantil	3.361	-	-	3.361	
Custo de transação	255	-	-	255	
Provisão de juros	31.845	21.499	-	53.344	
Pagamento de juros	(27.010)	(27.073)	-	(54.083)	
Total de outras variações	8.451	(5.574)	-	2.877	
Saldo em 31 de dezembro de 2019	471.981	240.628	253.849	966.458	

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais)

c) Cumprimento de claúsulas contratual restritivas (covenants)

Os índices financeiros são verificados com base nas datas bases estipuladas nos contratos firmados pela Companhia e os respectivos agentes. A administração acompanha os cálculos destes índices periodicamente a fim de verificar indícios de não cumprimento dos termos contratuais. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia cumpriu integralmente todas as cláusulas restritivas.

15. Debêntures

		Juros médios			
Linha de crédito	Indexador	a.a. (%)	Vencimento	2019	2018
Debêntures	CDI	8,94	2024	240.628	246.202
Circulante				66.195	28.101
Não circulante				174.433	218.101

As garantias das debêntures emitidas pela Companhia, consistem no penhor de ações e de qualquer forma de remuneração paga aos acionistas e a cessão fiduciária de direitos emergentes do contrato de concessão pública, conta reserva e fiança da controladora Iguá Saneamento S.A. Até 31 de dezembro de 2019, a Companhia realizou a constituição de conta reserva em montante equivalente ao determinado contratualmente que está divulgado na nota explicativa nº 7.

Os índices financeiros relativos ao cumprimento de clausula contratual restritiva são verificados com base nas datas bases estipuladas nos contratos firmados entre a Companhia e os respectivos agentes. A administração acompanha os cálculos destes índices periodicamente a fim de verificar indícios de não cumprimento dos termos contratuais. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia cumpriu integralmente todas as cláusulas restritivas.

As debêntures possuem os seguintes vencimentos:

	Valor	12	13 a 24	25 a 36	37 a 48	49 a 60	
31 de dezembro de 2019	contábil	meses	meses	meses	meses	meses	
Debêntures	240.628	66.195	43.794	43.794	43.794	43.051	
	Valor	12	13 a 24	25 a 36	37 a 48	49 a 60	61 a 69
31 de dezembro de 2018	contábil	meses	meses	meses	meses	meses	Meses

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais)

16. Obrigações fiscais

	2019	2018
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	3.725	3.732
Programa de Integração Social (PIS)	798	800
Parcelamento de alvará de localização e funcionamento	3.404	4.978
PIS/COFINS parcelamento a pagar (*)	7.083	-
ISS / PIS / COFINS / CSLL retido a recolher	468	528
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre salário	161	187
Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) retido a recolher	513	515
Imposto sobre serviço (ISS) a recolher	24	58
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre terceiro	32	52
Circulante	8.470	7.155
Não circulante	7.738	3.695
Total	16.208	10.850

^(*) Havia um auto de infração com o fito de confirmar indícios de sinsufuciência de recolhimento do PIS e da Cofins, devido a constatação de divergências entre os valores a recolher informados na escrituração fiscal digital – EFD e os declarados em DCTF, em 2019 a Companhia ingressou no REFIS e procedeu o parcelamento do auto de infração em 60 meses.

17. Provisão para perda com causas judiciais

A avaliação da probabilidade de perda em ações, assim como a apuração dos montantes envolvidos, foi realizada considerando-se os pedidos dos reclamantes, a posição jurisprudencial acerca das matérias e a opinião dos consultores jurídicos da Companhia. A Companhia considera existir riscos efetivos classificados como prováveis e, desta forma, reconheceu uma provisão no valor de R\$4.158 em 31 de dezembro de 2019 (R\$5.004 em 31 de dezembro de 2018).

A movimentação é como segue:

		Civeis e trabalhistas, ambientais e tributário	
	2019	2018	
Saldo em 1º de janeiro	5.004	7.570	
Adições	3.445	4.408	
Baixas/reversões	(4.291)	(6.974)	
Total	4.158	5.004	

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais)

As contingências passivas não reconhecidas nas demonstrações financeiras são de natureza cível, trabalhista e ambiental, avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, somaram o montante de R\$13.097 em 31 de dezembro de 2019 (R\$27.384 em 31 de dezembrode 2018). Nenhuma provisão foi constituída para tais cotingências tendo em vista que as práticas contábeis adotadas na preparação destas informações trimestrais não requerem sua contabilização.

18. Capital social e reservas

a) Capital social

O capital social da Companhia, subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2019 é de R\$253.849 (R\$191.849 em 31 de dezembro de 2018), representado por 253.848.956 ações ordinárias (191.848.956 em 31 de dezembro de 2018), nominativas, sem valor nominal, pertencentes aos seguintes acionistas:

	Em % de parti	Em % de participação		
	2019	2018		
Iguá Saneamento S.A.	86,24%	81,79%		
PCT Participações Ltda.	13,76%	18,21%		
Total	100,00%	100,00%		

Conforme ata de assembléia geral de 23 de julho de 2019, foram integralizados ao capital social da Companhia o montante de R\$62.000, mediante a capitalização do crédito detido contra a Companhia a título de adiantamento para futuro aumento de capital — AFAC, realizado pela controladora Iguá Saneamento S.A., sendo emitidas 62.000.000 de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, mediante renuncia da acionista PCT Participações Ltda. quanto ao exercício de preferência na subscrição das mencionadas ações. Consequentemente, as participações societárias foram diluídas.

b) Reservas

Reserva legal

É constituída a razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 10% do capital social.

c) Dividendos

A Companhia possui algumas obrigações especiais a cumprir integrantes do contrato de financiamento firmado com o BNDES e, dentre estas obrigações, não poderá distribuir quaisquer recursos aos acionistas sob a forma de dividendos acima do limite mínimo legal ou juros sobre o capital próprio até o término do prazo de execução e conclusão do projeto financiado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais)

A partir do ano civil seguinte, poderá haver a distribuição dos referidos recursos, desde que sejam atendidos, cumulativamente, os seguintes requisitos:

- Manutenção do índice de cobertura do serviço da dívida estipulado; e
- Adimplemento no cumprimento de todas as obrigações assumidas.

19. Gerenciamento de capital

A gestão de capital da Companhia é feita para equilibrar as fontes de recursos próprias e terceiras, balanceando o retorno para os acionistas e o risco para acionistas e credores.

A dívida da Companhia para a relação ajustada do capital ao final do exercício é apresentada a seguir:

	2019	2018
Total do passivo	789.880	592.965
(-) Caixa e equivalentes de caixa, outros investimentos e depósitos bancários vinculados	(84.828)	(35.978)
(=) Dívida líquida (A)	705.052	556.987
Total do patrimônio líquido (B)	140.904	77.958
Índice de alavancagem em 31 de dezembro (A/B)	5,00	7,14

20. Instrumentos financeiros

a) Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais)

		Valor j por m do resu	eio	Ativo mer ao cu amorti	sto	Passivos fi mensu ao cu	rados
_	Nota	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Caixa e equivalentes de caixa	5	6.493	3.370	6.841	3.029	-	-
Outros investimentos	6	7.310	5.706	-	-	-	-
Depósitos bancários vinculados	7	64.185	23.873	-	-	-	-
Contas a receber e outros recebíveis	8	-	-	32.475	38.995	-	-
Ativos financeiros		77.988	32.949	39.316	42.024		
Fornecedores e outras contas a pagar	13	-	-	-	-	51.788	53.722
Empréstimos e financiamentos (*)	14	-	-	-	-	473.928	274.146
Debêntures	15	-	-	-	-	240.628	246.202
Passivos financeiros			_		_	766.344	574.070

^(*) O montante apresentado não contempla o impacto dos custos de transação

b) Mensuração do valor justo

O valor justo para o financiamento do BNDES é o registrado contabilmente uma vez que não existem instrumentos similares com vencimentos e taxas de juros comparáveis. Para os demais passivos financeiros, o valor justo que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das desmontrações financeiras.

Os demais valores contábeis referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

Não ocorreram transferências entre níveis a serem consideradas em 31 de dezembro de 2019.

c) Gerenciamento de riscos financeiros

A Companhia possui exposição aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais)

- Risco de mercado; e
- Risco de preço.

i) Estrutura do gerenciamento de risco

A Administração é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia e os gestores de cada área se reportam regularmente à Administração sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas de gerenciamento de riscos e sistemas são revisadas frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia que através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

ii) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso o cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais.

Contas a receber e outros recebíveis

A Companhia tem atualmente recebíveis no segmento de saneamento.

Como principal mitigador ao risco de crédito no contrato de concessão, a Companhia detém o controle direto dos recebíveis e o fornecimento dos serviços e, além disso, existe cláusula contratual prevendo indenização em caso de renúncia do poder concedente, demonstrando o controle sobre os recebíveis.

Caixa e equivalentes de caixa

O risco de crédito proveniente do caixa e equivalentes de caixa é atenuado pelo fato de a Companhia manter seus saldos com bancos e instituição financeira consideradas de primeira linha.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foram:

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais)

	Nota	2019	2018
Caixa e equivalentes de caixa	5	13.334	6.399
Outros investimentos	6	7.310	5.706
Depósitos bancários vinculados	7	64.185	23.873
Contas a receber e outros recebíveis (*)	8	31.662	30.681
Total		116.491	66.659

^(*) Não foi considerado o montante de outros recebíveis referente a adiantamentos

Perdas por redução no valor recuperável

A composição por vencimento dos recebíveis de clientes na data das demonstrações financeiras foram as seguintes:

	2019	2018
A vencer	28.941	27.379
Vencidos até 30 dias	6.367	5.507
Vencidos entre 31 e 60 dias	1.819	1.594
Vencidos entre 61 e 90 dias	854	639
Vencidos entre 91 e 120 dias	769	546
Vencidos entre 121 e 150 dias	524	424
Vencidos entre 151 e 180 dias	552	342
Vencidos acima de 180 dias	29.221	31.875
Total	69.047	68.306

Os valores acima apresentados não contemplam as provisões para perdas de crédito de liquidação duvidosa.

O movimento na provisão para perdas por redução no valor recuperável em relação ao contas a receber e outros recebíveis durante o exercício foi o seguinte:

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais)

Saldo em 1º de janeiro de 2018	34.090
Provisão para redução ao valor recuperável	14.364
Adoção IFRS 9 / CPC 48	5.354
Valores baixados	(14.473)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	39.335
Provisão para redução ao valor recuperável	8.226
Valores baixados	(8.828)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	38.733

A provisão para crédito de liquidação duvidosa é relacionada a vários clientes usuários dos serviços prestados de água e esgoto. É constituído provisão do saldo de contas a receber com base no modelo de perdas esperadas e incorridas.

iii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco da Companhia encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia.

O valor contábil dos passivos financeiros com risco de liquidez está representado abaixo:

	Nota	2019	2018
Fornecedores e outras contas a pagar (*)	13	51.142	53.194
Empréstimos e financiamentos (**)	14	385.802	274.146
Debêntures	15	240.628	246.202
Circulante		149.883	95.937
Não circulante		527.689	477.605
Total		677.572	573.542

^(*) Não foi considerado o montante de outras contas a pagar referente adiantamentos

^(**) No montante referente a empréstimos e financiamentos, não foram considerados os custos de transação nem conta corrente com parte relacionadas

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais)

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto dos acordos de compensação:

	Valor	Fluxo de	12	13 a 24	25 a 36	37 a 48	49 a 60	61 a 153
31 de dezembro de 2019	contábil	caixa contratual	meses	meses	meses	meses	meses	meses
Fornecedores e outras contas a pagar	51.142	51.142	51.142	-	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	385.802	781.939	70.434	67.399	64.258	61.116	57.975	460.757
Debêntures	240.628	280.286	77.003	55.696	52.518	49.269	45.800	-
Total	677.572	1.114.013	199.225	123.095	116.776	110.385	103.775	460.757
31 de dezembro de 2018	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 a 60 meses	61 a 165 meses
Fornecedores e outras contas a pagar	53.194	53.194	53.194	-	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	274.146	479.137	42.044	47.927	45.701	43.474	41.248	258.743
Debêntures	246.202	318.120	44.047	63.078	58.911	54.884	50.766	46.434
Total	573.542	850.451	139.285	111.005	104.612	98.358	92.014	305.177

Não é esperado que os fluxos de caixa incluídos na análise de maturidade da Companhia possam ocorrer significativamente mais cedo, ou em valores diferentes.

iv) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros, tem nos resultados da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Risco de taxa de juros

As operações da Companhia estão expostas a taxas de juros indexadas ao TJLP e CDI.

Perfil

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia era:

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais)

	Nota	2019	2018
Ativos financeiros			
Aplicações financeiras	5	6.493	3.370
Outros investimentos	6	7.310	5.706
Depósitos bancários vinculados		64.185	23.873
Passivos financeiros			
Empréstimos e financiamentos	14	280.589	163.555
Debêntures	15	240.628	246.202

Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável

Com base no saldo das aplicações financeiras, outros investimentos, depósitos bancários vinculados, contas a receber, endividamento, no cronograma de desembolso e nas taxas de juros, a Companhia efetuou uma análise de sensibilidade de quanto teriam aumentado (reduzido) o patrimônio líquido e o resultado do exercício de acordo com as premissas a seguir. O cenário 1 corresponde ao cenário considerado mais provável nas taxas de juros, na data das demonstrações financeiras. O cenário 2 corresponde a uma alteração de 25% nas taxas, e o cenário 3 corresponde a uma alteração de 50% nas taxas. Os efeitos em apreciação e depreciação nas taxas, são apresentados conforme as tabelas a seguir:

Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros - apreciação das taxas

					Cená	rios		
Instrumentos	Exposição em 31/12/2019	Risco	Provável		Variação do índice em 25%		Variação do índice em 50%	
		_	%	Valor	%	Valor	%	Valor
Ativos financeiros								
Aplicações financeiras	6.493	CDI	5,00	325	6,25	406	7,50	487
Outros investimentos	7.310	CDI	5,00	366	6,25	457	7,50	548
Depósitos bancários vinculados	64.185	CDI	5,00	3.209	6,25	4.012	7,50	4.814
Passivos financeiros								
BNDES - partes relacionadas	(280.589)	TJLP	5,09	(14.282)	6,36	(17.845)	7,64	(21.437)
Debêntures	(240.628)	CDI	5,00	(12.031)	6,25	(15.039)	7,50	(18.047)
Impacto no resultado e patrimônio líquido	(443.229)			(22.413)		(28.009)		(33.635)
Impacto no resultado do exercício apresentado						(5.596)		(11.222)

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais)

Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros - depreciação das taxas

			Cenários					
Instrumentos	Exposição em 31/12/2019	Risco	Provável		Variação do índice em 25%		Variação do índice em 50%	
			%	Valor	%	Valor	%	Valor
Ativos financeiros								
Aplicações financeiras	6.493	CDI	5,00	325	3,75	243	2,50	162
Outros investimentos	7.310	CDI	5,00	366	3,75	274	2,50	183
Depósitos bancários	64.185	CDI	5,00	3.209	3,75	2.407	2,50	1.605
vinculados								
Passivos financeiros								
BNDES - partes relacionadas	(280.589)	TJLP	5,09	(14.282)	3,82	(10.694)	2,55	(7.126)
Debêntures	(240.628)	CDI	5,00	(12.031)	3,75	(9.024)	2,20	(6.016)
Total dos ativos e passivos financeiros	(443.229)			(22.413)		(16.817)		(11.191)
Impacto no resultado do exercício apresentado						5.596		11.222

Fontes: as informações do CDI foram extraídas do Focus - Relatório de Mercado divulgado pelo BACEN na data de 27 de dezembro de 2019.

v) Risco de preço

A estrutura tarifária cobrada dos consumidores é regulada pelo poder concedente, que permite manter o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos. Determinadas situações permitem a Companhia requerer o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão que naturalmente deverá ser aprovado pelo órgão regulador e poder concedente.

21. Imposto de renda e contribuição social

Impostos diferidos ativos, passivos e resultado foram atribuídos da seguinte forma:

	Ativo		Passivo		Resultado	
Imposto de renda e contribuição social	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Prejuízo fiscal do imposto de renda e base negativa da						
contribuição social	41.003	41.556	=	-	(553)	2.349
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	6.547	7.015	=	-	(468)	(1.188)
Provisão para contingências	1.413	1.701	=	-	(288)	(872)
Outras provisões	398	413	-	-	(15)	64
Arrendamento mercantil IFRS 16	31	-	=	-	31	-
Custo de transação de empréstimos	-	-	1.281	1.390	109	110
Imobilizado líquido – contratos de concessão	-	-	1.642	1.684	42	42
Direitos a faturar	-	-	2.527	2.468	(59)	252
	49.392	50.685	5.450	5.542	(1.201)	757
Compensação (*)	(5.450)	(5.542)	(5.450)	(5.542)	-	-
Total líquido	43.942	45.143	-	-	(1.201)	757

^(*) Saldo de ativo e passivos fiscais diferidos compensados, pois estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais)

Com base na estimativa dos planos de negócios, a Companhia reconheceu o ativo fiscal diferido sobre prejuízos acumulados. A compensação dos prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social está limitada à base de 30% dos lucros tributáveis anuais, sem prazo de prescrição. As diferenças temporárias dudutíveis e os prejuízos fiscais acumulados não prescrevem de acordo com a legislação tributária vigente.

Reconciliação da taxa efetiva	2019	2018
Resultado do exercício antes dos impostos	3.278	(2.962)
Alíquota nominal	34%	34%
Crédito (despesa) com imposto à alíquota normal	(1.115)	1.007
Ajuste do imposto de renda e contribuição social Despesas não dedutíveis Outros	(1.216) (1)	(299) 49
Imposto corrente	(1.131)	-
Imposto diferido	(1.201)	757
Alíquota efetiva	71%	26%

As diferenças temporárias dedutíveis e os prejuízos fiscais acumulados não prescrevem de acordo com a legislação tributária vigente. A Companhia objetivando a geração de lucro tributário realiza ações através da efetiva redução de custos operacionais e administrativos, os aumentos tarifários contratuais e o aumento das receitas através de planos de investimentos para atendimento aos contratos de concessão.

Os impostos diferidos ativos foram constituídos, substancialmente, com base em prejuízos fiscais de imposto de renda e base de cálculo negativa da contribuição social. A estimativa das parcelas de realização do ativo fiscal diferido deve seguir o seguinte cronograma:

Realização do imposto de renda diferido do ativo	2019	2018
2019		582
2020	2.295	2.327
2021	4.255	4.315
2022	7.871	7.982
2023	12.269	12.442
2024	17.252	17.495
Total	43.942	45.143

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais)

22. Receita operacional líquida

	2019	2018
Saneamento	249.980	229.260
Construção	238.044	145.937
Serviços	15.797	22.937
Abatimentos e cancelamentos	(26.147)	(28.226)
Impostos sobre os serviços prestados	(22.537)	(21.832)
Total	455.137	348.076

23. Custos e despesas por natureza

Custos dos serviços prestados	2019	2018
Custo de construção	(238.044)	(145.937)
Energia elétrica	(31.912)	(30.253)
Outorga e taxas de fiscalização	(25.239)	(24.274)
Depreciação e amortização	(28.084)	(23.463)
Custos com pessoal	(18.423)	(19.329)
Serviços de terceiros	(7.323)	(5.276)
Materiais auxiliares	(3.918)	(4.690)
Outros custos	(3.066)	(2.984)
Materiais diretos	(2.943)	(2.077)
Manutenção de máquinas, equipamentos e veículos	(2.002)	(1.483)
Crédito de Pis e Cofins	2.020	1.006
Total	(358.934)	(258.760)

Despesas comerciais	2019	2018
Despesa com pessoal	(1.990)	(2.212)
Serviços de terceiros	(159)	(20)
Outras despesas comerciais	(141)	(87)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	602	109
Materiais	(103)	(201)
Depreciação e amortização	(3.019)	(3.131)
Total	(4.810)	(5.542)

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais)

Despesas administrativas e gerais	2019	2018
Serviços de terceiros	(6.947)	(14.095)
Despesa com pessoal	(4.353)	(8.245)
Outras despesas	(10.822)	(11.007)
Depreciação e amortização	(7.390)	(5.448)
Energia elétrica	(264)	(294)
Despesas com processos judiciais	(5.856)	
Total	(35.632)	(39.089)

24. Receitas financeiras e despesas financeiras

	2019	2018
Receitas financeiras		
Juros de aplicações financeiras	4.038	2.505
Juros sobre contas a receber de clientes	6.592	5.958
Juros sore atualização de impostos a recuperar	632	-
Descontos obtidos	1.085	947
Outras receitas financeiras	45	87
Total	12.392	9.497
Despesas financeiras		
Juros de empréstimos, financiamentos e debêntures	(53.599)	(50.047)
Imposto sobre operação financeira – IOF	(2.380)	-
Multa e juros s/Pis e Cofins parcelamento a pagar	(4.110)	-
Outras despesas financeiras	(4.507)	(6.708)
Total	(64.596)	(56.755)
Despesas financeiras líquidas	(52.204)	(47.258)

25. Partes relacionadas

a) Controladora

A parte controladora direta e final da Companhia é a Iguá Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais)

b) Remuneração de pessoal-chave da Administração

Os diretores são as pessoas chaves que têm autoridade e responsabilidade por planejamento, direção e controle das atividades da Companhia. Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, foram pagos aos administradores benefícios de curto prazo (ordenados, salários, participação nos lucros, assistência médica, habitação, entre outros), contabilizados na rubrica "Custos dos serviços prestados e Despesas administrativas e gerais".

Remuneração de pessoal-chave da Administração compreende:

	2019	2018
Remuneração da diretoria	998	845
Encargos sociais	535	239
Remuneração variável	321	349
Benefícios diretos e indiretos	43	92
Total	1.897	1.525

Não foram pagos valores a título de:

- (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pósemprego e assistência médica pós-emprego);
- (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); e
- (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, bem como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, relativas as operações com partes relacionadas decorrem principalmente de transações com acionistas e companhias ligadas do mesmo grupo econômico.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais)

c) Outras transações com partes relacionadas

		Ativo Passivo		Resultado			
	_	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Circulante	_						
Em fornecedores, clientes e outras contas a pagar e a receber Galvão Engenharia S/A. (em recuperação judicial)		(Nota 8)	(Nota 8)	(Nota 13)	(Nota 13)		
- Contrato particular de construção	(a)	-	-	-	1.081	-	-
- Centro de serviços compartilhados - CSC	(b)	42	42	-	-	-	-
Iguá Saneamento S.A.							
- Contrato de assistência técnica	(c)	-	-	7.147	7.511	5	(2.757)
- Repasse de custos financeiros compartilhados	(d)	-	-	9.556	9.556	-	· -
- Centro de serviços compartilhados - CSC	(b)	-	-	1.312	1.312	(2.594)	(2.798)
PCT Participações Ltda.							
 Contrato de assistência técnica 	(c)	-	-	2.120	2.120	-	(759)
Repasse de recursos e custos com serviços compartilhados	(d)	405	183	474	474	280	124
Total		447	225	20.609	22.054	(2.309)	(6.190)
							_
Em empréstimos e financiamentos							
Conta corrente	(e)	-	-	86.000	-	-	-
Financiamento - BNDES	(f)	-	-	32.546	14.027	-	-
Total		-	-	118.546	14.027	-	-
Não circulante							
Em empréstimos e financiamentos							
Financiamento - BNDES	(f)	-	-	353.256	259.504	(31.569)	(27.734)
Pagamento baseado em ações						(/)	,,
- Retenção de ICP dos executivos	(g)	-	-	34	-	34	-
Total		-	-	353.290	259.504	(31.535)	(27.734)

⁽a) Refere-se a contrato particular de engenharia, construção das obras civis, fornecimento e montagem entre a Galvão Engenharia S.A (em recuperação judicial) e a Águas Cuiabá S/A - Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto suspenso desde 23 de abril de 2015 e rescindido unilateralmente em 18 de janeiro de 2018.

⁽b) Refere-se a repasses de gasto com estrutura administrativa compartilhada para prestação de serviço administrativo (contábil, financeiro e fiscal) e operacionais, cujo critério de rateio varia de acordo com a natureza do serviço.

⁽c) Contrato de serviços de assistência técnica entre a Companhia e suas acionistas, com vigência até o prazo final dos contratos de concessão das controladas, no montante equivalente a 3% sobre a receita.

⁽d) Refere-se a repasses de compartilhamento de recursos e rateio de custos e despesas comuns, cujo critério de rateio varia de acordo com natureza do serviço.

⁽e) Refere-se a contrato de conta corrente entre a Companhia e sua controladaro Iguá Saneamento S.A. no qual cada uma das partes pode estar simultaniamente na posição de credor e devedor, com direitos e obrigações recíprocas, podendo a qualquer momento o numerário ser exigido e restituído imediatamente.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais)

(f) Saldo referente a financiamento das controladas e controladas em conjunto, junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que é acionista não controlador, contendo maiores detalhes na nota explicativa nº 12

26. Seguros

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a cobertura de seguros contra riscos operacionais, aplicável a controlada, são as seguintes:

-	2019	2018
Patrimonial riscos diversos + equipamentos (*)	164.803	65.540
Seguro garantia	58.786	56.000
Responsabilidade civil (**)	37.000	37.000
Total	260.589	158.540

^(*) Limite máximo de cobertura em 31 de dezembro de 2019 compartilhado com as demais empresas do Grupo Iguá.

27. Compromissos

a) Decorrente do direito de outorga variável

Refere-se ao preço da delegação do serviço público, representado por valor variável, que corresponde a um percentual da arrecadação efetivamente obtida mensalmente corresponde a 5% da receita líquida.

Em 31 de dezembro de 2019 foi pago ao Poder Concedente, o montante de R\$11.759 (R\$10.815 em 31 de dezembro de 2018) referente ao direito de outorga variável registrados na rubrica de custos dos serviços prestados.

b) Ativo imobilizado transferido pelo poder concedente à concessão

A prática contábil adotada pela Companhia é a de não registrar o imobilizado transferido pelo poder concedente à concessão, entretanto, a Companhia possui o compromisso de manter controle auxiliar com a segregação dos valores dos imobilizados transferidos e do valor relativo à delegação dos serviços públicos (custo, depreciação e amortização acumulada).

^(**) Limite máximo de garantia em 31 de dezembro de 2019 compartilhado com as empresas do Grupo Iguá, com sub limite para barragens de R\$ 4.000 exclusivamente para SPAT Saneamento S.A., sub limite de R\$ 10.000 para as demais empresas, inclusive a Companhia e teto máximo de cobertura de R\$ 37.000 para Águas Cuiabá S.A. – Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto, Paranaguá Saneamento S.A. e Agreste Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais)

28. Eventos Subsequentes

A Administração da Companhia vem acompanhando atentamente as notícias acerca do vírus COVID-19, assim como as reações dos mercados em razão da expectativa de desaquecimento da economia global. A Companhia efetuou análises sobre possíveis impactos da propagação do vírus COVID-19 em suas operações e, embora não seja possível prever nesse momento a extensão, severidade e duração dos impactos correspondentes, a Administração informa que, até a data da apresentação das demonstrações financeiras, ainda não foram identificados impactos significativos que pudessem modificar a mensuração dos seus ativos e passivos nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019. O Companhia está tomando medidas necessárias para minimizar o impacto da expansão do vírus em suas instalações operacionais e administrativas

Em 18 de março de 2020 a Prefeitura Municipal de Cuiabá (MT) no Decreto nº 7847, artigo 1º, dispõe sobre a proibição da Companhia em realizar cortes de fornecimento de aguá para consumidores inadimplentes pelo prazo de 60 (sessenta) dias, pode ser prorrogado por igual período, no entanto, em seu artigo 2º não retira da Companhia o diretiro de promover outros meios de cobrança dos débitos dos usuários inadimplentes.

Em 06 de abril de 2020 a Prefeitura Municipal de Cuiabá (MT), no Decreto nº 7870, acrescentou ao artigo 1º do Decreto nº 7847, fica a Companhia obrigada a religar todas as unidades residenciais de consumo, cujos os cortes por inadimplência tenham ocorrido entre 17 de janeiro a 17 de março de 2020, no prazo de 10 dias após a solicitação junto a Companhia por meio de seus canais de atendimento ao público. Por se tratar de medidas excepcionais, resultante de situação de emergência municipal, a taxa para religação foi suspensa, devendo tal custo ser objeto de reequilíbrio contratual.

A Administração não identificou impactos significativos nas demonstrações apresentadas, até a presente data.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais)

Composição da Diretoria

Diretoria

Paula Alessandra Bonin Costa Violante Leandro Moreno Cordeiro

Contador

Anderson Costa Silva CRC/SP nº SP-219557/O-4